



RESPONSABILIDADE SOCIAL ORGANIZACIONAL: AGREGANDO VALOR AO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO – O CASO UEZO JUNIOR CONSULTORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA ZONA OESTE

Marlene Jesus Soares Bezerra^a; Maria Cecília Bezerra Tavares^b

^a Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (UEZO) – Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^b Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) – Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

O objetivo deste artigo é registrar o diálogo sobre o avanço do envolvimento das organizações públicas e privadas em ações de Responsabilidade Social (RS) e a inserção de uma Instituição de Ensino Superior, localizada no Estado do Rio de Janeiro, que contribui para a formação de futuros profissionais com foco na RS. Apresenta-se o marco legal de incentivos às empresas no Brasil com vistas à criação e participação em projetos sociais; elencam-se os critérios estabelecidos na Norma ABNT NBR 16001:2012 Responsabilidade Social – Sistema de Gestão; observa-se a importância das Instituições de Ensino Superior na formação de recursos humanos para que atendam ao movimento de RS nas empresas e, finalmente, aborda-se o caso da UEZO Junior Consultoria.

Palavras-chave: Responsabilidade Social. Instituição de Ensino Superior. Consultoria UEZO Junior.

Abstract

The purpose of this article is to record the dialogue on advancing the involvement of public and private organizations in Social Responsibility actions (RS) and the inclusion of an institution of higher education located in the State of Rio de Janeiro, which contributes to the formation of future professionals focusing on RS. It presents the legal framework of incentives to businesses in Brazil with a view to creating and participating in social projects; exalt the criteria established in ABNT NBR 16001:2012 Social Responsibility - Management System; We note the importance of higher education institutions in the training of human resources to meet the SR movement in companies and finally we discuss the case of UEZO Junior Consulting.

Keywords: Social Responsibility. Institution of higher education. Consulting UEZO Junior.

1 RESPONSABILIDADE SOCIAL (RS) E AS ORGANIZAÇÕES NO BRASIL

O termo Responsabilidade Social (RS), para a geração de jovens profissionais que se integrou ao mercado de trabalho nos últimos tempos, vem passando por uma mudança de sentido desde o final do Século XX. O desafio de pensar novos caminhos para RS, com a redução do envolvimento do Estado na área social, evidencia a necessidade de ampliação das relações entre as empresas privadas e a sociedade.

Tais relações podem se tornar conflitantes ao envolver interesses divergentes, haja vista que organizações privadas buscam o lucro e a redução de custos para se manterem competitivas. Entretanto, por sua vez, as demandas sociais não seguem a lógica de mercado, e a mediação deste conflito passa a ser exercida pelo Estado, que cada vez menos cumpre o seu papel de promotor de justiça social.

Essa situação não é recente, desde o Século XVIII que os filósofos contratualistas (Hobbes, Locke e Rousseau), defendiam um modelo de Estado que atendesse aos interesses das partes divergentes da sociedade e que conduzisse à redução dos conflitos. Tais ideias resultaram



no acordo denominado Contrato Social que, por sua vez, passou por mudanças e evoluiu, assim como evoluíram as ideias sociais e com elas as expectativas da sociedade.

Neste sentido, ao constatar-se que tais mudanças foram fortemente influenciadas pelos avanços tecnológicos que afetaram os indivíduos e as suas relações sociais, compreende-se que tais alterações impactam as organizações, especialmente aquelas potencializadas pelo desenvolvimento e pela disseminação das novas tecnologias, transformando a sociedade.

David Grayson *et* Adrian Hodges (2002) confirmam este fato ao afirmarem que “a capacidade das empresas de produzir nas primeiras décadas do século XXI não terá tanta relação com limitações tecnológicas, mas com o apoio público ao uso das novas tecnologias – tanto dos consumidores como da sociedade em geral”, percebendo-se assim a pouca influência do Estado nesta construção, embora nem sempre haja sido desta forma.

Houve um período no Brasil, em décadas passadas do Século XX, em que o Estado era indutor do crescimento econômico. Neste período, surgiram algumas ações de governo de cunho assistencialista, tais como a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), criada pela Lei Federal nº 4.513/1964, e a Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA), transformada em fundação pelo Decreto-Lei nº 593/1969, que representaram dois exemplos de algumas das muitas iniciativas públicas de amparo aos mais necessitados (MARTINS, 2011).

Tanto a FUNABEM quanto a LBA, assim como as empresas públicas que atuaram na área econômica entre os anos 1950 e 1980, foram criadas dentro de uma orientação mundial que induzia às nações o modelo desenvolvimentista apoiado no Estado do bem-estar social (*welfare state*), inspirado nos preceitos do economista britânico John Mynard Keynes de fortalecimentos do Estado pela centralidade de suas ações nas áreas fiscais, monetárias e sociais (FURTADO, 2009).

Dentre as propostas do modelo keynesiano, havia aquela que estabelecia, como responsabilidade do Estado, a aplicação de políticas públicas orientadas para ações sociais de redução das desigualdades, promovendo assim condições dignas de vida para a população. No Brasil, os governos instituídos a partir da década de 1950 propagaram a aplicação desse modelo; porém, a realidade nacional sempre esteve bem aquém dos preceitos do *welfare state*, (ESPING-ANDERSEN, 1991; GOMES, 2006).

Entendendo o Brasil, segundo a ótica de Hobsbawm (1995), como o campeão das desigualdades sociais, percebe-se que o modelo de Lorde Keynes foi aqui pouco empregado. Sua proposta original funcionou bem na Europa e EUA, tendo a

Inglaterra como seu melhor referencial até os anos de 1980, quando o governo de Margareth Tacher desestruturou esse modelo, iniciando uma onda de privatizações que reduziu o envolvimento do Estado inglês na economia e no processo redutor da desigualdade social (Costa, 2010). Nos EUA este movimento foi capitaneado pelo presidente Ronald Reagan no mesmo período.

As ações que ambos os governantes empreenderam em seus países induziram à onda neoliberal que varreu as principais economias de então. Na América do Sul, países como Chile, Argentina e Brasil participaram fortemente desse movimento. Durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002), promoveu-se um rol de reformas para a condução do Estado mínimo, estimulando a iniciativa privada à promoção das ações de cunho econômico e social (BRESSER-PEREIRA, 1998).

O Brasil, país que apresenta graves problemas sociais, não estava preparado para adotar as mudanças neoliberais, dados os acentuados desníveis econômicos de sua população. Com um cenário de milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, o acentuado déficit de sua previdência social pública, provocado pela entrada dos trabalhadores do campo no sistema para o qual nunca haviam contribuído, a estagnação econômica que afetava o setor privado, resultado de anos de inflação descontrolada e baixos investimentos nos setores produtivos, apresentava um forte agravamento decorrente do enorme endividamento externo do país (CARVALHO, 2012).

A crise provocada pela saída do Estado nas áreas de promoção social no Brasil foi lenta e gradualmente reduzida, porém nunca eliminada, pela criação do aparato legal de estímulo à participação de empresas privadas em ações de sociais decorrentes da Reforma de Estado de 1995.

Nesse mesmo ano foi publicado o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) brasileiro, que delineou um novo modelo de Estado de cunho gerencialista cuja proposta foi promover encolhimento do Estado através da privatização das empresas públicas e da redução de funcionários. A proposta de compensação da área social veio pela criação de organizações privadas prestadoras de serviços públicos. Esta mudança de cunho fortemente político deixou à deriva setores essenciais como saúde, educação, transporte e segurança (BRESSER-PEREIRA, 1998).

A legislação de apoio a esta mudança veio através da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispôs sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais (OS) e da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).



A Lei de criação das OSs (Lei federal nº 9.637/1998) estabelece em seu Artigo 1º que o Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos os requisitos previstos. A Lei federal estimula as universidades públicas e privadas a criarem suas OSs, propiciando a entrada de recursos para pesquisa científica através de instituições públicas de fomento e empresas privadas.

A partir de então, novos atores passaram a assumir as funções do Estado junto à sociedade, como foi o caso das empresas de direito privado. O legado deste movimento pode considerar o avanço da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) como resposta das empresas privadas na aplicação de seus recursos para a redução das desigualdades sociais e ao estímulo à pesquisa científica no Brasil.

Para se entender Responsabilidade Social Empresarial (RSE) nos dias de hoje, e a forma como ela vem tomando vulto entre as empresas privadas, torna-se necessária uma volta breve à história recente do país com o objetivo de perscrutar as alterações trazidas e que se operam na RSE. Deste modo, não se pode desarticular a influência política e econômica que o Estado brasileiro vem realizando na concretização das mudanças ao estabelecer ações em RSE como requisito obrigatório das empresas que participam de licitações públicas (FLORA, 2011).

A ampliação do envolvimento de empresas privadas em ações de RSE com a participação de colaboradores internos cria funções organizacionais desarticuladas das ações de negócios tradicionais. Coutinho *et* Macedo-Soares (2002) advertem para o predomínio de ações em RSE das empresas brasileiras que se apresentam desarticuladas das suas estratégias de negócios. As autoras revelam em seus estudos os malefícios provocados à imagem das empresas pelas ações de RSE mal planejadas e desalinhadas da estratégia global da organização. É fundamental que a empresa trabalhe inicialmente sua mudança de valores, buscando uma cultura que preconize a qualidade de vida e a participação, promovendo uma mudança no sentido da responsabilidade social de forma abrangente e estratégica.

Observando que não é vocação das empresas privadas promoverem ações sociais, cabem aqui algumas considerações: que tipo de profissional empreenderá estas ações nas empresas privadas? O envolvimento com RSE afetará a lucratividade dos negócios? Qual a origem da base de fundamentação em RSE nas empresas? As Instituições de Ensino Superior (IES) estão preparadas para lidar com estas questões na formação de seus discentes?

Antes de se apresentar respostas para tais questões, é importante entender o que representa a RSE e quais as

suas atribuições dentro das organizações. Para isto, buscou-se em ASHLEY (2002) *apud* KARKOTLI (2006, p.41) a origem deste termo e sua influência nas empresas do Século XXI. O autor apresenta a RSE nas empresas privadas como um compromisso para com a sociedade expresso através de ações que beneficiem alguma comunidade de modo específico. Afirma ainda ser esta uma obrigação de caráter moral, não associada as suas atividades de negócios e que tem de contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos.

Toffler (1980) reforça o discurso de Ashley, colocando a RSE como resposta aos anseios da sociedade pós-industrial que percebe a necessidade do investimento no aumento de qualidade de vida, na valorização do ser humano, no respeito ao meio ambiente e na valorização de ações sociais.

Aqui no Brasil, este movimento tomou vulto a partir dos anos 1990 pela influência do Instituto Ethos e do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Ambos lograram esforços neste período para reforçar o envolvimento empresarial em RSE através da criação de indicadores de desempenho das práticas de Responsabilidade Social aplicadas pelas empresas (OLIVEIRA, 2005). O Global Reporting Initiative (GRI) e a NBR 16001 representam iniciativas internacionais de estímulo às empresas em práticas de Responsabilidade Social. Práticas empresariais que envolvam desrespeito aos direitos humanos em relação ao trabalho servil e exploração de crianças são condenáveis pela sociedade e organismos internacionais.

Para Montana *et* Charnov (1999), RES implica o grau de envolvimento da organização com as ações de responsabilidade social e pode se dar em três níveis: 1) Abordagem da obrigação social: supõe ser o objetivo principal de uma empresa o sucesso econômico e que, portanto, a empresa deveria meramente satisfazer as responsabilidades sociais mínimas impostas pela legislação; 2) Abordagem da responsabilidade social: supõe não serem as metas da empresa meramente econômicas, mas também sociais, e que a empresa deveria destinar recursos para a realização dessas metas; 3) Sensibilidade social: supõe não ter a empresa apenas metas econômicas e sociais, mas que também precisa antecipar-se aos problemas sociais do futuro e agir agora para responder a esses problemas.

Ao definir RES, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2013) a apresenta como uma forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.



A RSE define o grau de maturidade de uma organização privada comparada ao impacto social de suas atividades. A RSE amplia o desenvolvimento comunitário, o equilíbrio ambiental, o tratamento justo aos funcionários, as comunicações transparentes, o retorno aos investidores, à sinergia com parceiros e à satisfação do consumidor. Tais fatores influenciam o modelo de gestão das organizações ao propiciar relações éticas e transparentes, o diálogo e a solidariedade entre os *stakeholders* da empresa (PASCOAL, 2007).

O tema RSE nas organizações pode ser tratado em duas dimensões, a saber: responsabilidade social externa e responsabilidade social interna. A primeira é direcionada a projetos ou organizações sem fins lucrativos, estando relacionada com a participação no desenvolvimento de ações na comunidade. A segunda diz respeito ao trabalhador inserido no espaço organizacional, as suas condições de trabalho e benefícios.

A Responsabilidade Social existente nas empresas privadas com fins lucrativos é conduzida com a finalidade de tornar a organização parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social. Tais atribuições levam em consideração os interesses dos *stakeholders* e sua incorporação nas estratégias organizacionais. A existência de uma Norma Brasileira (NBR) voltada para a Responsabilidade Social Empresarial também representa um fator relevante de atuação em práticas de melhoria contínua destas iniciativas.

A ABNT NBR 16001:2012, publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, orienta princípios capazes de organizar os requisitos mínimos de um sistema de gestão da responsabilidade social. A respectiva norma possibilita a formulação e implementação dos objetivos e da política que considerem os requisitos legais, os compromissos éticos e a preocupação da organização com: a promoção da cidadania, a promoção do desenvolvimento sustentável e transparência das atividades da empresa. Sua estrutura e funcionalidade se encontram em subseção específica mais adiante neste artigo (ABNT, 2012).

Um sistema de gestão de Responsabilidade Social não elimina o uso de outras normas como as da série NBR 9000 e NBR 14000. A implantação da NBR 16001:2012 impacta os recursos humanos das organizações para o efetivo alcance dos resultados preconizados. A formação do ambiente organizacional que esta norma busca consolidar, através das práticas de redução de conflitos e do bem comum, resulta em um ambiente propositivo onde a ética e a transparência ditam as palavras de ordem.

No contexto das organizações, as Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil são capazes de praticar os preceitos de Responsabilidade Social Externa e Interna no processo de formação de seus discentes, profissionais que chegarão ao mercado de trabalho já inseridos nos critérios

de RSE. Costa (2012) mostra que, quando comparadas às empresas privadas do setor produtivo, as IES se destacam pelo potencial de inovação oriundo da sinergia entre o conhecimento local e global e pela qualidade de seus docentes, discentes e quadro técnico. O ensino e a formação de cidadãos mais capacitados para a tomada de decisão é a sua razão de existir. A fundamental natureza mobilizadora do conhecimento lhe reserva um papel de destaque na sociedade globalizada.

O autor identifica ainda a centralidade de professores e pesquisadores como agentes de mudança direcionados ao desenvolvimento sustentável, por imprimirem na sua relação com os alunos autonomia e determinação no pensar, no agir e na crítica à realidade social. São estas ações que possibilitam o avanço da sociedade em direção a novas tecnologias estabelecendo os padrões de consumo e a representação das classes sociais.

Algumas IESs estabelecem iniciativas em comunhão com o citado por Costa (2012). No Brasil, Empresa Junior e Incubadora de Empresa representam dois desses exemplos. Enquanto a primeira é constituída por alunos matriculados em cursos de graduação organizados em uma associação civil que objetiva o desenvolvimento econômico local (BRASIL JUNIOR, 2014), a segunda é um espaço institucional de apoio à transformação de empreendimentos potenciais em empresas lucrativas (LALKAKA, 2003 *apud* RAUPP *et* BUEREN, 2011).

Neste trabalho, para representar as IES que desenvolvem e aplicam ações em RSE, foi escolhida a Fundação Centro Universitário da Zona Oeste do Estado do Rio de Janeiro (UEZO) que, enquanto Instituição Pública de Ensino Superior, instituiu seu projeto de Responsabilidade Social Interna através de seu estatuto estabelecendo como meio para avançar na aplicação da Responsabilidade Social Externa a criação da Empresa Junior, UEZO Junior Consultoria, do curso de Engenharia de Produção. Em seção própria deste artigo, será apresentado um breve histórico de formação desta IES e suas realizações em RS.

A lógica do avanço das iniciativas em RS nas empresas brasileiras pode encontrar terreno fértil em mão de obra qualificada nas IESs do país. O presente estudo tem por objetivo registrar a construção do diálogo entre o avanço do movimento de Responsabilidade Social (RS) no Brasil e a participação das IESs na formação dos profissionais das organizações privadas que atuarão como agentes de mudança em ações de Responsabilidade Social nas organizações, abordando para tal o caso da UEZO Junior Consultoria.

A estrutura deste texto tomou como base o aparato legal de incentivo às empresas brasileiras na participação e elaboração de projetos sociais, os critérios estabelecidos na Norma ABNT NBR 16001:2012 Responsabilidade Social



para as organizações, os princípios e valores do Centro Universitário da Zona Oeste do Estado do Rio de Janeiro (UEZO) e o caso UEZO Junior Consultoria, fundada e mantida por alunos do curso de Engenharia de Produção.

2. BRASIL E O ARCABOUÇO LEGAL QUE ORIENTA À PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS EM AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL (RS)

Ferraz (2007) direcionou seus estudos sobre a motivação do setor empresarial para investir em ações de fortalecimento das empresas com a sociedade na busca de reconhecimento não só econômico, mas visando à conscientização e à ética na busca da sustentabilidade e do sucesso econômico empresarial colocando a responsabilidade social empresarial como norma de conduta e regramento do direito nas organizações. Assim sendo, a autora identificou, na Constituição Federal de 1988, a legitimidade deste movimento, já que são nas ações de responsabilidade social que surge a capacidade de proporcionar um direito oriundo de fontes distintas do Estado.

Embora marcada pelas desigualdades sociais promovidas pelo sistema capitalista, a sociedade contemporânea estabelece um espaço para que empresas desenvolvam práticas que as capacitam a inibir o avanço dos abismos sociais através de seu envolvimento com a sociedade..

A cultura, os princípios éticos e os valores de uma sociedade representam os elementos que estabelecem uma postura digna para comportamentos moralmente aceitos pelos grupos sociais que também são capazes de estabelecer limites à ofensiva consumista de massa. Tais elementos tem a capacidade de romper paradigmas e desencadear fatores estruturantes no comportamento das empresas contemporâneas de resgate da dignidade do trabalhador e na redução do desemprego.

A implementação de programas de incentivos materiais aos empregados, a adoção de investimentos educacionais, a transparência nas decisões organizacionais e a publicação dos Balanços Sociais representam elementos constituídos pelas empresas no sentido da ampliação de sua imagem junto à sociedade. Estratégias de fortalecimento da imagem no mercado, quando somadas às certificações e normas técnicas de qualidade, auxiliam no processo de avaliação de RS das empresas.

A sociedade do terceiro milênio, bem mais complexa, desencadeou uma nova concepção de direitos na qual o Direito Ambiental, o Direito do Consumidor e outros mais surgem para reestruturar o comportamento das organizações no mundo, o que faz crescer a conscientização e a educação para a cidadania, decorrendo daí novas relações sociais com o envolvimento de atores distintos que mudam a lógica do mercado e das funções do Estado, pois este último passa a transferir para o setor privado as suas ações sociais.

Ferraz (2007, p.21) ainda comenta:

No atual cenário econômico, influenciado pela globalização e pelos avanços tecnológicos, a Empresa passa a se destacar com uma crescente influência na sociedade contemporânea, estando ela, sem dúvida, no centro da economia moderna, constituindo a célula fundamental de todo o desenvolvimento industrial.

O novo Código Civil Brasileiro, no capítulo do “Direito de Empresa”, Livro II, marca o abandono do sistema tradicional do Código Comercial de 1850, baseado no comerciante e no exercício profissional dos atos de comércio, adotando o sistema do empresário e da atividade empresarial cujo foco busca o desenvolvimento empresarial equilibrando capital e trabalho ao alcance de fins econômicos. Sua essência foca na valorização do indivíduo e seu trabalho, na remuneração digna, na produção com qualidade e preço justo, na preservação ambiental e na postura ética à sociedade.

Flora (2011) amplia este diálogo ao listar as iniciativas de governo no Brasil que conduzem à maior participação das empresas privadas em ações de RS direcionadas às licitações públicas:

- Constituição da República Federativa do Brasil, Artigo 255: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”;
- A Agenda Ambiental na Administração Pública, 2001, define “compras públicas sustentáveis” considerando prioritariamente o aspecto ambiental juntamente aos tradicionais critérios de especificações técnicas e preço;
- Licitações compartilhadas, que reduzem os custos finais, sistemas online de compras eletrônicas e regras para comprar o estritamente necessário, evitando o risco de desperdício;
- O Decreto nº 45.643/01 do Estado de São Paulo, que dispõe sobre a obrigatoriedade da aquisição pela Administração Pública Estadual de lâmpadas de maior eficiência energética e menor teor de mercúrio;
- O Decreto Estadual nº 53.047/08, que estabelece procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo Estado de São Paulo;
- Também do Estado de São Paulo, o Decreto Estadual nº 42.836/98, que dispõe sobre a aquisição pela Administração somente de veículos movidos a álcool e, em especial, o Decreto nº 50.170/05, que institui o Selo Socioambiental e o Decreto Estadual nº 53.336/08, que institui o programa de contratações públicas sustentáveis;



- A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública tratando dos projetos básicos e executivos de obras ou serviços, preceitua em seu artigo 12, como requisito o impacto ambiental (inc. VII);

- A Lei nº 6938/81, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente colocando o Poder Público como fomentador de atividades para o desenvolvimento sustentável, como desenvolvimento de meios que busquem a diminuição da degradação ambiental através de pesquisas e processos tecnológicos;

- A IN SLTI/MPOG nº 01 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

A municipalidade no Brasil também deve desenvolver instrumentos para a ampliação da questão social e ambiental nas organizações. A lei municipal do Plano Diretor e a Lei Orgânica Municipal representam alguns dos aparatos que juntam à mesa de debates o governo, os cidadãos e as empresas. É preciso tornar efetivo este diálogo para que o país se alinhe às normas internacionais que instruem sobre os modelos de RS nas empresas. A próxima seção aborda esta questão ao discorrer sobre os requisitos da Norma ABNT NBR 16001:2012 – Responsabilidade Social – Sistema da Gestão.

3. OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA NORMA ABNT NBR 16001:2012 – RESPONSABILIDADE SOCIAL – SISTEMA DA GESTÃO – REQUISITOS

A Norma ABNT NBR 16001 teve sua primeira edição em 2004 e a última revisão em 2012. Esta norma estabelece os requisitos mínimos relativos a um sistema de gestão de responsabilidade social, permitindo que a organização formule e implemente uma política e objetivos que levem em conta seus compromissos com: a responsabilização (*accountability*); a transparência; o comportamento ético; o respeito pelos interesses das partes interessadas; o atendimento aos requisitos legais e outros requisitos subscritos pela organização. A referida Norma foi inserida nesta subseção com o intuito de mostrar a relevância deste tema nas organizações brasileiras em função do impacto positivo que seus preceitos proporcionam ao ambiente interno e externo das empresas. Segue uma breve explanação sobre os principais temas tratados.

Os critérios aplicados pela Norma convergem para a atenção e realização de ações que atendam às partes interessadas das organizações, dentro da uma legalidade de

forma integral e de acordo com as normas internacionais. Uma das características principais desta Norma a ser considerada é ser aplicável a todos os tipos de organização, estando estruturada em um sistema de gestão que estabelece a necessidade de comprometimento de todos os níveis e funções das empresas.

A aplicação dos critérios da NBR 16001:2012 possibilita a integração a outros requisitos de gestão, entenda-se a outras normas como as séries NBR 9000 e NBR 14000, que podem ser utilizados por empresas de qualquer porte que almejem a melhoria de seus sistemas de gestão, de assegurar as conformidades com a legislação aplicável junto à política de RS e o apoio das partes interessadas.

A Norma orienta que a política de Responsabilidade Social (RS) dever ser definida, documentada, implementada, mantida, comunicada pela alta direção da empresa, assim como o material produzido para esta finalidade deve estar acessível por todas as partes interessadas de modo que permita sua revisão sempre que possível e a priorização dos objetivos estabelecidos. Como já abordado por Coutinho et Macedo-Soares (2002) na seção anterior, toda a política de RS deve estar apropriada aos objetivos estratégicos da organização, assegurando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e assegurando a aplicação de seus princípios.

Os temas centrais das questões que envolvem a implantação de um sistema de gestão de RS para a NBR 16001:2012 são: a governança organizacional, os direitos humanos, o meio ambiente, as práticas legais de operação e as questões relativas ao consumidor. A proposta de sua aplicação basicamente é a de favorecer o ambiente interno da empresa, colocando-o em consonância com os interesses da sociedade, inibindo ações que impactem de maneira negativa suas relações com os *stakeholders*.

A próxima seção apresenta os princípios e valores que norteiam a Fundação Centro Universitário da Zona Oeste do Estado do Rio de Janeiro em Responsabilidade Social e seu alinhamento com o que é proposto na ABNT NBR 16001:2012.

4. A VOCAÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTADUAL DA ZONA OESTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UEZO)

A Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (UEZO) do Rio de Janeiro é uma Fundação de Direito Público vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, criada através da Lei nº 5.380/2009, cujos objetivos institucionais observam o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (JUSBRASIL, 2015).

De acordo com o registro em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2013-2017), a UEZO foi criada com a proposta de ministrar o ensino de educação tecnológica,



graduação superior e de pós-graduação, mestrado e doutorado; promover cursos de extensão universitária e de pesquisas nas áreas de ciências e tecnologias, atividades estas voltadas para o desenvolvimento econômico, social, local, conforme as peculiaridades e vocações das diversas regiões do Estado do Rio de Janeiro, sempre focadas na inovação tecnológica e no empreendedorismo.

Também está previsto que a instituição poderá prestar serviços técnicos à comunidade e a instituições públicas e privadas, utilizando, única e exclusivamente, os servidores docentes pesquisadores, os servidores técnicos e o corpo discente.

A proposta da oferta de ensino de qualidade, atual e inovador, através do uso de novas tecnologias estará sempre articulando a UEZO com ensino, pesquisa e extensão, objetivando alcançar o desenvolvimento das competências pessoais e profissionais de seus quadros e interagindo de forma ética e produtiva com a sociedade para o desenvolvimento social e tecnológico. Exatamente como estabelecido nos princípios da RSE e da ABNT NBR 16001:2012, já citados nas seções anteriores.

A ambição de se transformar em um centro de referência de ensino, na pesquisa e na inovação tecnológica, almejando ampliar sua participação na vida econômica, empresarial e institucional, através do entendimento das necessidades sociais e econômicas da região e do Estado do Rio de Janeiro, alinha esta Fundação com os valores e princípios da gestão em Responsabilidade Social.

A proposta da Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste – UEZO – de atuar em ampla sintonia com a comunidade atende à sua vocação extensionista e aos fundamentos de um Projeto de Educação de Graduação Superior, com um sentido projetivo. No cumprimento de suas funções de ensino, pesquisa, extensão e cultura possibilita a implantação de iniciativas que preparam a estrutura da instituição em ações de responsabilidade social interna e externa PDI (2013-2017).

Ao definir seu objetivo maior com a proposta de contribuir para o desenvolvimento regional e estadual do setor produtivo, através de parcerias com o segmento industrial pela formação de recursos humanos que tenham consciência de seu papel como cidadãos preocupados e comprometidos com a resolução de problemas de interesse humano, econômico, político, social e cultural que afetam a sociedade, a UEZO reforça seu papel de agente de mudança no crescimento do desenvolvimento econômico e da melhoria das condições de vida da sociedade.

Dentro dos critérios estabelecidos pela NBR 16001:2012 para a gestão em RS, a UEZO estabelece os seguintes objetivos:

- Assumir o papel de agente privilegiado de desenvolvimento e de dinamização tecnológica e científica;

- Fomentar canais de comunicação intensos, eficientes e eficazes entre as instituições congêneres, visando o aproveitamento de sinergias nas ações de cooperação;

- Estimular o intercâmbio de informação entre instituições que tenham experiências nas diferentes áreas de conhecimento;

- Estimular e desenvolver parcerias com entidades diversas da região e do país com vista à realização de estágios, de projetos de pesquisa e/ou prestação de serviços;

- Implementar mecanismos de avaliação sistemática e continuada das diferentes atividades realizadas, como também a avaliação institucional;

- Promover ambiente acolhedor, inclusivo, valorizador da diversidade humana.

A UEZO não tem definida uma área específica para implantação da dimensão da Responsabilidade Social dentro de suas instalações. Muito embora, de acordo com a sua vocação enquanto IES, já tenha demonstrado que apresenta ações para envolver seu corpo docente e discente em práticas orientadas à formação cidadã e à melhoria da sociedade.

Com relação ao seu compromisso com ensino, pesquisa, extensão e cultura, algumas de suas seguintes linhas de ação propõem a prática de RS, tais como:

- Identificação com o País, procurando adequar-se ao processo nacional de desenvolvimento, integrando-se com o meio físico e humano que lhe dá existência e o impulsiona ao progresso;

- Integração entre as funções de ensino, pesquisa e extensão: o ensino objetivando a educação e a formação profissional; a pesquisa, como agente construtor e renovador de conhecimentos; e a extensão, como instrumento de abertura para a sociedade;

- Busca de padrões de excelência para o desempenho de suas funções;

- Adoção de métodos de execução e controle curricular, capazes de garantir a consecução dos objetivos da UEZO;

- Viabilização de uma administração, cujos pressupostos sejam o planejamento, a execução e o controle das atividades, considerando os anseios e as possibilidades da comunidade universitária, tendo como princípio a cultura da excelência em todos os sistemas e processos, com o envolvimento e a participação de todas as partes interessadas da Organização;

- Entrosamento de seus órgãos de coordenação de base, estimulando a harmonia de funcionamento que deve caracterizar a Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste – UEZO.



Dessa forma, a UEZO coloca no escopo de seu projeto de existência a consolidação das relações institucionais com parceiros (empresas e demais instituições públicas e privadas, órgãos do legislativo e de fomento) no sentido de promover a integração com os cursos, objetivando melhor sintonia entre ambiente acadêmico e profissional, de cooperação tecnológica e pesquisas integradas.

Embora ainda não tenha consolidado seus indicadores de desempenho, já foram estabelecidas as dimensões dos elementos necessários para a avaliação de suas ações: Acompanhamento Biopsicossocial e Recursos Humanos e Qualidade de Vida. Cada uma com um conjunto de metas apresentados a seguir.

4.1 Acompanhamento Biopsicossocial

a) Implantar o Serviço Acadêmico Pedagógico e de Atendimento Psicossocial ao discente formado por Equipe Multifuncional – Pedagogo, Psicólogo e Assistente Social, para acompanhamento às ações referentes às práticas acadêmico-pedagógicas e atendimento aos discentes cadastrados nos Programas de Assistência Estudantil;

b) Elaborar, anualmente, o relatório do Perfil discente decorrente da avaliação do questionário socioeconômico;

c) Identificar os alunos em vulnerabilidade socioeconômica;

d) Analisar os mapas de desempenhos e verificar os índices de evasão e repetência, para atender aos alunos que se encontram com desempenho abaixo da média;

e) Realizar atendimento aos alunos com Necessidades Educativas Especiais;

f) Viabilizar estrutura e programa, propiciando a educação inclusiva;

g) Realizar, anualmente, identificação e cadastro de alunos com Necessidades Educativas Especiais – NEE;

h) Participar de forma conjunta a outros setores da UEZO, em eventos de Orientação Profissional junto às Escolas de Ensino Médio da região;

i) Atender aos alunos que manifestam desejo de cancelamento ou trancamento para mapear os motivos e analisar propostas de retenção;

j) Dar suporte a programas de Atendimento à Orientação Profissional para candidatos que desejarem conhecer a Instituição e os cursos oferecidos;

k) Elaborar o Manual de Boas Vindas – Cartilha Explicativa UEZO – e participação ativa no início do período letivo, junto à Comissão de Boas Vindas, para recepcionar os alunos novos e orientá-los no início da vida acadêmica;

l) Implementar o Núcleo de Acompanhamento Pedagógico com objetivo de oferecer cursos, palestras, orientação aos docentes, concernentes às práticas pedagógicas e discussão quanto às questões da evasão escolar e atendimento aos alunos com Necessidades Especiais;

m) Desenvolver ações coletivas com propósito de prevenção de problemas que venham a interferir no processo ensino-aprendizagem;

n) Promover ações sistemáticas de acolhimento e acompanhamento ao estudante ingressante, para contribuir para o seu bem-estar no âmbito escolar;

o) Acompanhar o trabalho pedagógico no *campus* com o objetivo de identificar fatores que possam interferir no processo ensino-aprendizagem;

p) Estruturar e implementar projeto de capacitação de docentes para atualização das práticas pedagógicas.

4.2 Recursos Humanos e Qualidade de Vida

a) Promover ações para estimular a participação de servidores em cursos de aperfeiçoamento, treinamento e outros, objetivando dotar a UEZO de profissionais cada vez mais bem preparados para a realização de suas atividades diárias;

b) Apoiar o interesse do servidor na participação em encontros, seminários, congressos e outros relacionados à sua atividade profissional na UEZO, objetivando o conhecimento atualizado de metodologias de trabalho;

c) Propor a implantação de metodologia de avaliação de desempenho para servidores da UEZO, docente e não docente, objetivando o acompanhamento permanente de sua evolução profissional.

A UEZO, enquanto instituição de ensino e pesquisa, oportuniza e contribui com o potencial científico e tecnológico na formação de recursos humanos e da pesquisa, visando à qualidade de vida e bem-estar de todos, o que inclui a preservação do ambiente e a defesa da vida humana no Planeta. Como instituição pública, ela se submete à legislação vigente que coíbe práticas de exploração do trabalho e é monitorada permanentemente pelos órgãos de controle do Estado.

Através destas ações se busca incentivar a criatividade e iniciativa, responsabilidade e cooperação, tão imprescindíveis no ambiente corporativo, implicando, assim, a necessidade de uma formação construída a partir das bases sólidas de uma educação universitária. A relação institucional com a ciência, o meio social e os contextos nos quais a tecnologia é produzida pretende alinhar o binômio tecnologia e progresso e suas repercussões nas relações sociais.



A vocação da IES consolidada pela sua missão e visão já induz a existência de uma dimensão de RS, porém ainda não sistematizada ou estruturada dentro de um modelo específico. No PDI 2013-2017, existe a proposta de desenvolvimento de um modelo específico de RS, já apresentado em parágrafos anteriores.

Entendendo que RS pode se encontrar perfeitamente alinhada às políticas de extensão da UEZO, parte-se do princípio que sua relação com a sociedade se realiza através da atuação de seu corpo docente e discente com práticas que culminem em desenvolvimento econômico e social.

As atividades de extensão representam uma troca permanente de saberes, através de uma relação rica de troca de conhecimento com a sociedade. Através da extensão, é possível aproximação da comunidade acadêmica através de ações sociais e prestação de serviços articulados com as necessidades da sociedade.

Uma das realizações de grande significado destas práticas foi a criação da Empresa Junior da UEZO, de razão social UEZO Junior Consultoria, que é o tema da próxima seção.

5. ESTUDO DE CASO: A UEZO JUNIOR CONSULTORIA

A UEZO Jr Consultoria foi criada segundo orientação da Brasil Junior (BJ), que representa a Confederação Brasileira de Empresas Juniores e agrega o movimento nacional desta iniciativa no país nas IESs de ensino público e privado. A presente seção foi estruturada com a finalidade de divulgar o movimento desta instituição no Brasil e a criação da sua representação no Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (UEZO).

A Confederação Brasileira de Empresas Juniores é a entidade que representa as empresas juniores brasileiras em nível nacional desenvolvendo o Movimento de Empresa Junior (MEJ) como agente de educação empresarial, com a finalidade de potencializar novos negócios e fortalecer a Rede de Empresas Juniores objetivando a contribuição para o desenvolvimento do país por meio da formação profissional para o empreendedorismo (BRASIL JUNIOR, 2014).

O MEJ surgiu da necessidade de jovens universitários criarem ações que proporcionassem o conhecimento da realidade empresarial, ainda no curso de graduação. Uma Empresa Junior (EJ) tem a capacidade de realizar projetos de qualidade a baixo custo para atender a pequenas e médias empresas e com isso fomentar o empreendedorismo nos estudantes de graduação.

A Rede que a BJ constituiu é formada por 16 federações, representando 15 estados e o Distrito Federal; esta instituição completou 25 anos em 2013 e pretende se tornar o maior movimento empreendedor universitário do país. Sua atividade mais ampla é o Encontro Nacional de Empresas

Júnior que reúne, em média, 2.000 empresários juniores anualmente com a proposta de realizar desenvolvimento profissional, *benchmarking*, compartilhamento de ideias, aprendizado em diferentes áreas do conhecimento e *networking*.

A representação da Brasil Jr no Estado do Rio de Janeiro é a Federação das Empresas Juniores do Estado do Rio de Janeiro (Rio Junior), que auxilia a qualificação e desenvolvimento dos membros das Empresas Juniores filiadas através do fortalecimento do MEJ no estado, estimulando a criação de novas empresas gerando oportunidades para universitários (RIO JUNIOR, 2014).

A UEZO Junior Consultoria tem como representante docente uma das autoras que vem acompanhando de perto sua evolução. Os próximos parágrafos da presente seção contam a história desta iniciativa e foram gerados à partir da compilação de entrevistas semiestruturadas realizadas com os membros da atual diretoria e análise documental dos relatórios de produtividade, da Ata de Fundação da empresa, do Estatuto e do Regimento Interno.

A Empresa Junior UEZO Junior Consultoria foi criada pelos alunos do curso de Engenharia de Produção do Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (UEZO), na Cidade do Rio de Janeiro, com o apoio institucional e a colaboração dos docentes com a finalidade de mover ações de melhoria, incentivo e desenvolvimento local através da participação cidadã de seus integrantes. A Empresa Júnior da UEZO é aqui apresentada como o resultado do potencial de ações de RS de uma IES no Brasil.

O Estatuto de Fundação, a UEZO Jr. Consultoria, mostra que ela foi criada dentro de uma proposta de formação e aprimoramento profissional para os alunos do Curso de Engenharia de Produção. Legalmente ela é uma associação civil sem fins lucrativos, com fins educativos e com prazo de duração indeterminado, com sede e foro no mesmo local do Centro Universitário da Zona Oeste.

Embora o conceito de empresas júnior, dentro do que prega a Brasil Jr, oriente para a criação de uma única estrutura multidisciplinar dentro das universidades, a UEZO Jr. Consultoria foi criada dentro de um único curso com a proposta de servir como instrumento de vinculação da teoria com a prática do ensino e com as atividades de extensão, contribuindo na formação dos futuros gestores no processo de tomada de decisão e solução de problemas em gestão, bem como dotá-los de espírito empreendedor.

Criada em 2010 e legalizada em 2012, a UEZO Jr conta com a participação dos alunos do curso de Engenharia de Produção em seus cargos principais. As vagas oferecidas dentro da empresa consistem inicialmente de sua presidência e principais diretorias, cujo acesso ocorre através de eleição direta para um mandato de dois anos. Sempre que vier a ocorrer uma vacância na empresa é iniciado um processo seletivo para substituição imediata.



A Empresa UEZO Jr originou-se de um projeto do curso de Engenharia de Produção elaborado por alunos que compartilhavam os mesmos princípios didático-pedagógicos, ou seja, que contribuíssem para o benefício da sociedade através dos serviços por ela prestados.

A criação da Empresa Junior na UEZO representa uma oportunidade para os alunos em formação terem acesso ao ambiente das organizações, como prestadores de serviços, e atuando em decisões sobre aplicação de mecanismos de melhoria e desenvolvimento das estratégias empresariais, através da intervenção e apoio dos professores orientadores e da estrutura universitária voltada para o contexto das empresas instaladas na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro no decorrer de sua formação acadêmica.

A UEZO Jr foi criada com a proposta de oferecer consultoria e assessoria nas áreas que abrangem o Curso de Engenharia de Produção de modo que possa integrar as atividades acadêmicas ao segmento industrial, comercial e de serviços na esfera da iniciativa privada.

A constituição da Empresa Junior tem sua base em valores como a ética, a proatividade, a qualidade, o foco em resultados e a inovação. Seu compromisso com a sociedade, seus clientes e a difusão do saber representa a sua maior razão de ser e o rumo que a orienta para se tornar referência como prestadora de serviços no segmento industrial da cidade do Rio de Janeiro, contribuindo, com isso, para o crescimento e desenvolvimento do estado.

Todo este esforço converge para a melhoria da formação acadêmica dos discentes através da ampliação de sua capacidade de pensar e agir de forma sistêmica e integrando conhecimentos na formação de competências para tomada de decisão e no desenvolvimento de uma visão empreendedora que oportunize aos engenheiros de produção egressos da UEZO obter melhores oportunidades em um mercado de recursos humanos altamente competitivo.

A intensificação do relacionamento empresa - centro universitário também é outro fator de promoção da troca de conhecimentos, experiência e tecnologia na busca da UEZO Jr com a sociedade que o fará através da oferta de serviços de qualidade em consultoria e a preços acessíveis.

Resumidamente, o estatuto dessa EJ mostra que sua criação tem por finalidade proporcionar a seus membros condições de aplicar na prática os conhecimentos adquiridos no curso de Engenharia de Produção, propiciando melhorias para a sociedade como forma de retorno aos investimentos públicos que mantém a instituição que os abriga.

A formação de seus quadros dirigentes só se dará através de eleição entre seus membros, cabendo à Assembleia Geral eleger a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal. A Diretoria Executiva é formada por seis diretorias cujos membros

ocupam os cargos de presidente, administrativo-financeiro, recursos humanos, qualidade, projetos e marketing. As competências ou obrigações de cada um destes cargos se encontram descritas no Estatuto da UEZO Jr. Toda e qualquer eleição realizada pela UEZO Jr terá como integrantes da Assembleia seus membros efetivos.

A renda adquirida pela EJ só pode ser oriunda de suas ações em projetos externos e doações. Os integrantes da UEZO Jr que não fizerem parte da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal têm direito à bolsa auxílio, além de reembolso por toda e qualquer despesa que venha a ter na realização de projetos da empresa. A empresa usa das prerrogativas encontradas na *accountability* para a prestação de contas de suas atividades junto a seus membros, o Centro Universitário e a Sociedade.

Até aqui o relato sobre a UEZO Jr tem se concentrado na sua formação legal e na descrição da estratégia de sua criação. A escolha desta abordagem se deu em função de se demonstrar que o movimento de empresa júnior dentro da UEZO não está sendo realizado de maneira informal e desarticulado.

O compromisso do Centro Universitário UEZO com a sociedade se reflete em ações institucionais de Responsabilidade Social interna quando da criação de uma empresa júnior dentro de seus *Campi*, como na RS externa através das realizações da UEZO Jr. Deste trecho em diante, segue um breve relato das ações empreendidas desde a formação de seus primeiros quadros.

No ano de 2013, a atual diretoria da UEZO Jr confeccionou um relatório de prestação de contas sobre a utilização dos recursos obtidos através da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) no ano de 2011. A análise deste documento revelou que foram realizados treinamentos externos para os membros da atual diretoria na formação em Auditor Interno ISO 9001:2008, *White Belt – Lean Six Sigma*, Excel Básico/Avançado e Gestão de Projetos. Todo o conhecimento advindo desta formação se transformou em um treinamento interno de todos os membros atuais e futuros da empresa.

Os recursos obtidos com a FAPERJ também foram utilizados para a construção de um espaço próprio destinado às atividades da UEZO Jr, que hoje conta com mobiliário, tecnologia da informação e estrutura de treinamentos apropriada para suas atividades. A aquisição de um espaço próprio induziu ao crescimento do número de projetos realizados e ao aumento de visibilidade institucional.

A contrapartida resultante do investimento obtido no órgão de fomento foi atingida através do crescimento da visibilidade da empresa entre as indústrias da região que, com isso, divulga o nome do Centro Universitário. As atividades de consultoria realizadas pela UEZO Jr têm crescimento entre



as empresas de pequeno e médio porte sem a necessidade de grandes investimentos, houve também o aumento da oferta de cursos na área de qualidade e sistemas de gestão, além das consultorias empresariais. Ações sociais também são realizadas com eventos organizados para a doação de recursos básicos aos mais necessitados.

Ao final de 2014, a UEZO Jr conseguiu avançar em seu processo de expansão ao abrir espaços para a participação de alunos voluntários de outros cursos (inicialmente de ciência da computação), com a chegada de um professor orientador do curso de Engenharia de Produção e com aprovação em um projeto na FAPERJ que irá ampliar suas instalações para o desenvolvimento de aplicativos de gestão na web.

No momento em que este artigo está sendo elaborado, a EJ da UEZO está empossando a diretoria eleita em 2014 para o biênio 2015-2017, reformulando seu Estatuto Interno para ampliar a participação de outros cursos na formação de seus membros efetivos, mapeando seus processos internos para a reestruturação das novas funções organizacionais, elaborando o planejamento de formação dos integrantes da diretoria para desenhar o próximo modelo de gestão que irá ampliar a oferta de produtos voltados para a melhoria da gestão de seus atuais e futuros clientes.

6. CONCLUSÃO

A relevância dada para o movimento de Responsabilidade Social Empresarial apresentada neste estudo mostra que a relação entre as organizações empresariais e a sociedade tem de estar afinada com o conjunto de valores estabelecidos pelos grupos de interesse que formam a população de um lugar.

Ações de melhoria contínua do ambiente interno das empresas para o estímulo à inovação e desenvolvimento econômico se desenrolam a partir da atuação de indivíduos internos às organizações que fazem parte da sociedade em questão. A dicotomia entre sociedade e ambiente interno das empresas não se faz presente quando o assunto é Responsabilidade Social.

A Norma ABNT NBR 16001:2012 faz referência à Responsabilidade Social dentro de um contexto em que as organizações são representadas como agentes de mudanças para a melhoria da sociedade. O alinhamento desta norma com a série NBR 9000 e NBR 14000 implica na interrelação entre sistemas de gestão, meio ambiente e Responsabilidade Social com o desenvolvimento de métodos e processos que resultem em estudos organizacionais e formação de recursos humanos para a construção de metodologias capazes de promover a melhoria da aferição, de eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e relevância das ações futuras.

A importância da participação de uma IES na formação cidadã de egressos de um curso de Engenharia comprometidos com o desenvolvimento social foi confirmada nas entrevistas realizadas com os membros da UEZO Jr, sua estrutura organizacional e no levantamento das ações do Movimento de Empresa Junior no Brasil.

Este artigo representa o resultado de uma pesquisa que buscou evidenciar que é possível desenvolver a gestão do conhecimento e a sustentabilidade da UEZO Jr, bem como resgatar nos profissionais do Século XXI valores e ações que se concretizem em desenvolvimento e justiça social.

7. REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas (2012), NBR 16001:2012 - Responsabilidade social - Sistema da Gestão - Requisitos. Disponível em: http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/norma_nacional.asp (Acesso 09/10/2014).

ASHLEY, P. (2002), “Gestão egocêntrica e consumo responsável: desafios para a responsabilidade social corporativa”, em: ASHLEY, P. (Org.), **Ética e responsabilidade social nos negócios**, Saraiva, São Paulo, p. 21.

BRASIL JUNIOR, Confederação Nacional de Empresas Juniores do Brasil, disponível em: <http://www.brasiljunior.org.br/> (Acesso em 09/10/2014).

BRESSER PEREIRA, L. C. (1998), “A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismo de controle”, Lua Nova – *Revista de Cultura e Política*, São Paulo, nº. 45, pp. 49-95, disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/1998/A_reforma_do_estado_nos_anos_90.pdf. (Acesso em: 12/12/2010).

CARVALHO, A. I. de., BARBOSA, P. R. (2012), *Políticas de Saúde: Fundamentos e Diretrizes do SUS*, Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, Brasília, CAPES, UAB.

COSTA, A. V. de O. (2012), *Indicadores de sustentabilidade para instituições de ensino superior: contribuições para a Agenda Ambiental PUC-Rio*, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Metrologia da PUC-Rio, PUC-Rio, Rio de Janeiro.

COSTA, F. L. da (2010), *Reforma do Estado e contexto brasileiro: crítica do paradigma gerencialista*, Editora FGV, Rio de Janeiro.

COUTINHO, R. B. G., MACEDO-SOARES, T. D. L. V. A. (2002), “Gestão Estratégica com Responsabilidade Social: Arcabouço Analítico para Auxiliar sua Implementação em Empresas no Brasil”, *RAC*, v. 6, n. 3, Set./Dez., pp. 75-96.

DAVID, G. e ADRIAN, H. (2002), *Compromisso Social e Gestão Empresarial*, Publifolha.



- ESPING-ANDERSEN, G. (1991), "As três economias políticas do welfare state"; Lua Nova: *Revista de Cultura e Política*, nº 24, São Paulo Sept, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451991000200006> (Acesso em: 02/02/2013).
- ETHOS, Instituto de Empresas e Responsabilidade Social (2013), Indicadores Ethos de responsabilidade social, p.16. set, disponível em <http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Gloss%C3%A1rio-Indicadores-Ethos-V2013-09-022.pdf> (Acesso em 12/10/2014).
- FERRAZ, A. C. S. L. (2007), A Responsabilidade Social como Estratégia Empresarial de Desenvolvimento, Dissertação do Programa de Mestrado em Direito da Universidade de Marília, disponível em: <http://dominiopublico.mec.gov.br/download/teste/arqs/cp062626.pdf> (Acesso em 12/01/2015).
- FLORA, M. E. D. (2011), Administração Pública e Responsabilidade Social: A Prática de Contratações Públicas Sustentáveis, Monografia do curso de Gestão Pública do Departamento de Administração da Universidade Estadual de Maringá.
- FURTADO, C. (2009), Desenvolvimento e Subdesenvolvimento, Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, Rio de Janeiro.
- GOMES, F. G. (2006), "Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil", *RAP*, Rio de Janeiro, 40(2):201-36, Mar./Abr, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n2/v40n2a03.pdf> (Acesso em 12/10/2014).
- HOBBS, T. (2003), *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*, Martins Fontes, São Paulo.
- HOBBS, E. (1995), *Era dos Extremos: o breve século xx: 1914-1991*, Companhia das Letras, São Paulo.
- JUSBRASIL (2015), Lei nº 5380, de 16 de janeiro de 2009, Dispõe Sobre a Fundação Centro Universitário Estadual Da Zona Oeste – Uezo e dá outras providências. JUSBRASIL site especializado em atualizações na legislação do Brasil, disponível em: [http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/87602/lei-5380-09#art-2--inc-ILei nº 5380, de 16 de janeiro de 2009](http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/87602/lei-5380-09#art-2--inc-ILei%20n%C2%BA5380,de16dejaneirode2009).
- LOCKE, J., Segundo tratado sobre o governo civil. Clube do Livro Liberal, disponível em: http://www.xr.pro.br/IF/LOCKE-Segundo_tratado_Sobre_O_Governo.pdf (Acesso em 12/01/2015, 15hs).
- MARTINS, A. P. V. (2011), "Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais", *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol.18 supl.1, Rio de Janeiro, Dec., disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000500002 (Acesso em 12/09/2014).
- MONTANA, P. J; CHARNOV, B. H. (1999), Administração, Editora Saraiva, São Paulo.
- OLIVEIRA, J. A. P. de (2005), "Uma Avaliação dos Balanços Sociais das 500 Maiores", *RAE-eletrônica*, v. 4, n. 1, Art. 2, jan./jul..
- PASCOAL, M. (2007) "O pedagogo na empresa e a responsabilidade social empresarial", *Educação: teoria e prática, cidade*, v. 17, n. 29, pp. 87-102, jul./dez, disponível em: <http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/educacao/article/viewFile/1037/965> (Acesso em 05/02/2008).
- PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional do Centro Universitário Estadual da Zona Oeste – UEZO – 2013/2017.
- RAUPP, F. M. e BEUREN, I. M. (2011), "Perfil do Suporte Oferecido Pelas Incubadoras Brasileiras às Empresas Incubadas", *REAd. Rev. eletrôn. adm.* (Porto Alegre), vol.17, nº.2, Porto Alegre, May./Aug. UFRGS, disponível em : <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-23112011000200002> (Acesso em 01/02/2015).
- RIO JUNIOR, Federação das Empresas Juniores do Estado do Rio de Janeiro (2014), disponível em: <http://riojunior.com.br/> (Acesso em 12/10/2014).
- ROUSSEAU, J-J. (1981), *Do Contrato Social e Discursos sobre a Economia Política* (traduzido por Márcio Pugliesi e Norberto de Paula Lima), Hemus, São Paulo.
- TOFFLER, A. (1980), *A terceira onda*, Editora Record, Rio de Janeiro, 491 págs.